



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Direitos LGBTI+ e políticas sociais: o cenário atual no Rio

Pedro Silva de Oliveira¹

Marco José de Oliveira Duarte²

Raissa Santos Vieira³

Resumo: O trabalho analisa a política social brasileira sob a ótica do capitalismo dependente e da "modernização conservadora". Destaca o conflito entre a seguridade universal da Constituição de 1988 e a atual focalização neoliberal, que reduz direitos a serviços básicos. Nesse cenário, a LGBTIfobia é identificada como uma face da questão social, exigindo do Estado a viabilização de direitos. O foco recai sobre o Programa Rio Sem LGBTIfobia e seus Centros de Cidadania, que oferecem suporte interdisciplinar contra a exclusão. Embora sofra com recursos escassos e o avanço do conservadorismo, o programa é um espaço de resistência e cidadania ativa. Para o Serviço Social, o papel ético-político é superar o assistencialismo, garantindo dignidade e emancipação à população marginalizada no Rio.

Palavras-chave: Rio sem LGBTIFOBIA; serviço social; política pública; diversidade; direitos humanos.

LGBTI+ rights and social policies: the current scenario in Rio

Abstract: This study analyzes Brazilian social policy through the lens of dependent capitalism and "conservative modernization." It highlights the conflict between the 1988 Constitution's universal security and current neoliberal focusing, which reduces rights to basic services. In this scenario, LGBTIfobia is a

¹ Mestrando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Assistente social no Programa Rio Sem LGBTIfobia. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/UFJF-CNPq). Email: oliveira.socialrj@gmail.com

² Assistente Social, Mestre (UFRJ) e Doutor (UERJ) em Serviço Social. Pós-Doutor em Políticas Sociais (UCSal) e em Psicologia Social (UERJ e ISCTE-IUL-Portugal). Professor da Faculdade de Serviço Social e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em que exerce o cargo de vice-coordenador. Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS/UERJ-CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/UFJF-CNPq). Coordenador do Observatório Latino-americano da Diversidade Sexual e de Gênero (Ser-Diverse/UFJF). Membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH), da coordenação ampliada do GTP/ABEPSS Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social e filiado a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). E-mail: marco.duarte@ufff.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Estagiária do Centro de Cidadania Baixada III (Programa Rio Sem LGBTIfobia). Pesquisadora no projeto MURB-Mobilidade Urbana e Transporte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Email: raissasvie@gmail.com

facet of the "social question," requiring State action to ensure the viability of rights. The focus is on the Rio Sem LGBTIfobia Program and its Citizenship Centers, which provide interdisciplinary support against exclusion. Despite scarce resources and rising conservatism, the program acts as a space for resistance and active citizenship. For Social Work, the ethical-political role is to overcome "assistencialismo," ensuring dignity and emancipation for the marginalized in Rio.

Keywords: Rio sem LGBTIFOBIA; social work; public policy; diversity; human rights.

1. Introdução

A política social atua como uma mediação essencial nas sociedades capitalistas, refletindo as respostas que o Estado desenvolveu ao longo da história para lidar com as diversas manifestações da “questão social”. No Brasil, sua configuração demonstra profundas contradições, caracterizadas por progressos normativos e institucionais, porém também por restrições estruturais resultantes da dependência econômica (tendo em vista que o Brasil é um país capitalista dependente), da desigualdade social e da predominância de projetos conservadores e neoliberais. Nesse cenário, grupos historicamente marginalizados, como a comunidade LGBTI+, vivenciam de maneira mais aguda as manifestações da exclusão social, da violência e da violação de direitos.

Para analisar as políticas sociais no Brasil atual, é necessário entender as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e suas raízes históricas. A desigualdade social não é um desvio, mas uma característica intrínseca do capitalismo, evidenciada na polarização entre a concentração de riqueza e a geração de pobreza. Nesse contexto, essa "questão social" adquire características particulares, em que o Estado desempenha o papel de intermediário entre os interesses do capital e as demandas para a manutenção da força de trabalho.

A LGBTIfobia, como fenômeno social baseado em relações de poder, gênero e sexualidade, afeta diretamente a qualidade de vida, o acesso a políticas públicas e a garantia/viabilização de direitos essenciais. A violência simbólica, institucional e física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo demonstra a urgência de respostas governamentais específicas, que considerem essas violações como um aspecto da atual questão social.

Neste contexto, o trabalho em questão tem como foco de estudo o Programa Rio Sem LGBTIfobia, uma política pública implementada no Estado do Rio de Janeiro, destinada a combater a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero. O objetivo é examinar o Programa no contexto do debate sobre política social no Brasil e do papel do Estado, entendendo-o como uma manifestação contraditória, mas essencial, da política social destinada a promover os direitos humanos e a cidadania

LGBTI+. Para isso, o trabalho é organizado em cinco seções, que conectam os fundamentos teóricos à análise crítica da política pública em debate.

2. E no Brasil? a política social tardia

A história da política social brasileira é caracterizada por processos de "modernização conservadora". Ao contrário do modelo de Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) estabelecido na Europa após a guerra, o Brasil criou um sistema de proteção social que é tardio e fragmentado. A ligação estrutural entre a política social e o Serviço Social emerge na década de 1930, com o aumento da atuação do Estado para lidar com as manifestações da questão social (BEHRING & BOSCHETTI, 2006)

A política social brasileira evolui de maneira lenta e fragmentada, seguindo o processo de formação de um capitalismo dependente e autoritário. Ao contrário dos países centrais, em que a política social se estabeleceu no âmbito do Estado de Bem-Estar Social, no Brasil ela surge de maneira seletiva, corporativa e excludente, direcionada inicialmente a grupos específicos da classe trabalhadora formal.

A Constituição de 1988 foi um marco jurídico ao estabelecer a Seguridade Social como um tripé composto por Saúde, Previdência e Assistência Social, fundamentado no princípio do direito do cidadão e dever do Estado. No entanto, a partir dos anos 1990, a ofensiva neoliberal introduziu "contrarreformas" que priorizaram a focalização em detrimento da universalidade. Nesse cenário, a política social começou a ser comumente reduzida ao enfrentamento da pobreza, desconectando-a dos debates estruturais sobre a acumulação de riqueza.

Esse movimento afeta diretamente a habilidade do Estado de lidar com as manifestações da questão social, limitando direitos e enfraquecendo políticas destinadas a grupos historicamente marginalizados. A falta de políticas universais e estruturantes para a população LGBTI+ agrava as desigualdades e intensifica a marginalização social. É necessário criar políticas específicas que reconheçam essas desigualdades como resultado das relações sociais, e não como desvios individuais. Isso sem citar a interseccionalidade como fator fundante para demonstrar a diferenciação em relação ao modo como a exploração pode ocorrer.

A história da política social brasileira está intrinsecamente ligada às especificidades do nosso desenvolvimento capitalista, caracterizado por uma "modernização conservadora" que formou um sistema de proteção social fragmentado e

tardio. Ao contrário do modelo europeu, as políticas sociais brasileiras da década de 1930 não tinham como objetivo a universalidade, mas sim o controle da força de trabalho, na qual o acesso aos direitos estava vinculado à participação no mercado de trabalho formal. Behring e Boschetti (2006) afirmam que esse processo resultou em uma cidadania controlada, na qual o Estado se envolve na questão social para assegurar a acumulação capitalista, preservando as estruturas de desigualdade e utilizando as políticas como ferramentas de cooptação e desmobilização da classe trabalhadora.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou uma mudança teórica ao estabelecer o conceito de Seguridade Social como uma obrigação do Estado e um direito do cidadão, englobando Saúde, Previdência e Assistência Social. Pela primeira vez, a Assistência Social foi elevada ao status de política pública não contributiva, quebrando — pelo menos no aspecto jurídico — com a tradição da benemerência e do clientelismo. Contudo, esse projeto de seguridade universal surgiu sob o ataque do avanço neoliberal. Ana Paula Mauriel (2010) ressalta que, a partir da década de 1990, ocorreu uma "inflexão de sentido" na política brasileira: a universalidade foi substituída pela ênfase extrema na pobreza extrema, convertendo os direitos sociais em programas de assistência à miséria que atendem apenas às necessidades básicas de sobrevivência, sem questionar as raízes da exploração.

Na atualidade, a política social do Brasil se depara com o que as autoras chamam de "assistencialização" ou "fetichismo da assistência social". Em meio à precarização estrutural do trabalho e desmantelamento do fundo público, o Estado tende a superdimensionar a assistência para administrar a grande quantidade de trabalhadores excluídos do mercado formal (o exército industrial de reserva). Mauriel argumenta que a política social começa a ser orientada pela "falta de habilidades" individuais. Isso despolitiza a desigualdade e retira do Estado a obrigação de redistribuir riqueza. Dessa forma, a política social brasileira atual vive em constante tensão entre assegurar a sobrevivência mínima e se submeter às exigências da austeridade fiscal imposta pelo capital financeiro.

Em resumo, a política social no Brasil não deve ser entendida apenas como um conjunto de serviços, mas como um espaço central da luta de classes e das contradições do Estado burguês. Como instrumento de reprodução da força de trabalho, contribui para a manutenção da estabilidade social necessária ao capital; como conquista histórica, simboliza um espaço de resistência e reconhecimento de indivíduos com direitos.

Entender essa dualidade é essencial para examinar como o Estado brasileiro, ao mesmo tempo que limita o acesso universal, cria oportunidades para a implementação de políticas específicas que buscam atender às necessidades de dignidade de grupos historicamente marginalizados.

2.1. O papel do estado frente à política social

O Estado capitalista tem um papel fundamental na mediação das contradições sociais, garantindo não apenas condições básicas para a reprodução da força de trabalho, mas também preservando a ordem social existente. No âmbito da política social, essa atuação é ambígua: enquanto afirma direitos e estabelece mecanismos de proteção, também implementa seletividades, controles e restrições impostos pela lógica do capital.

Em uma perspectiva crítica, precisamos compreender o Estado no capitalismo tardio não é uma instância neutra, mas um órgão que assegura a reprodução ampliada do capital. O "Estado Social" capitalista desempenha funções contraditórias: por um lado, deve responder às pressões das lutas de classes e garantir condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores; por outro, atua na preservação das relações de exploração perpetuadas pelo capital. No contexto da sociabilidade capitalista, o Estado não deve ser visto como um ente neutro ou um "árbitro" dos conflitos sociais; ao contrário, deve ser entendido como uma estrutura complexa que assegura as condições necessárias para a acumulação de capital. Contudo, para preservar sua estabilidade, o Estado deve desempenhar também um papel de legitimação, atendendo às demandas das classes subalternas por meio de políticas sociais.

Behring e Boschetti (2006) explicam que o Estado não busca eliminar a "questão social", pois ela é intrínseca à exploração do trabalho. Em vez disso, o Estado se concentra em gerenciá-la para evitar que manifestações de pobreza e desigualdade comprometam a ordem estabelecida. Dessa forma, a política social emerge como uma concessão que, ao assegurar direitos básicos, incorpora os trabalhadores ao sistema e diminui os conflitos de classe.

Ivanete Boschetti (2006) sustenta que a cidadania viável dentro dos limites do capital é a "cidadania burguesa", uma emancipação política que não equivale à emancipação humana completa. O Estado emprega políticas sociais, como a assistência social, para administrar a "superpopulação relativa" — o exército industrial de reserva — assegurando que a mão de obra esteja disponível para o capital a um custo reduzido.

Dessa forma, o papel do Estado varia entre o reconhecimento oficial de direitos e a administração da barbárie social causada pelas crises recorrentes do capitalismo.

Nesse cenário, o Estado tem um papel crucial na manutenção da força de trabalho a um custo baixo para o capital. Ao assumir a responsabilidade por serviços como saúde, educação e assistência, o Estado isenta o capitalista individual de arcar diretamente com esses gastos, usando o fundo público — que é principalmente formado por impostos pagos pela classe trabalhadora — para custear essas políticas. Ivanete Boschetti (2006) destaca que essa é uma das principais contradições do Estado burguês: ele emprega recursos coletivos para assegurar a rentabilidade privada, realizando uma transferência de renda que frequentemente favorece mais o setor financeiro (por meio do pagamento de juros da dívida) do que os serviços sociais. Isso leva à deterioração e à desvalorização da proteção pública.

No Brasil, a atuação do Estado em relação à política social é influenciada por conflitos entre diferentes projetos sociais. Há um projeto democrático-popular que luta pela expansão de direitos, universalização de políticas e participação social, e um outro projeto neoliberal que prioriza o ajuste fiscal, a focalização e a mercantilização dos direitos sociais.

Em suma, o papel do Estado na atualidade é caracterizado pela mudança do "Estado Social" para o "Estado Penal" ou "Estado Neoliberal", em que a ação social é substituída pela supervisão e punição dos considerados "indesejáveis". Ana Paula Mauriel (2010) aponta que o Estado renuncia à sua obrigação universal e começa a administrar a pobreza por meio de mecanismos de focalização e condicionalidades. Isso implica que o Estado abandona a garantia de direitos fundamentados na cidadania para concedê-los com base na "carência" ou "incapacidade", impondo comportamentos específicos aos indivíduos em contrapartida ao auxílio. Essa lógica converte o cidadão em "beneficiário", diluindo a consciência de classe e intensificando a dependência institucional como meio de controle social.

Essa disputa se manifesta na maneira como o Estado legitima ou desconsidera certas expressões da questão social. A LGBTIfobia, que historicamente era vista como uma questão moral ou de segurança pública, começa a ser reconhecida, ainda que de maneira incipiente, como uma violação dos direitos humanos e uma necessidade de política pública (mesmo que de forma focalizada). Esse reconhecimento é fruto da pressão dos movimentos sociais LGBTI+ e de profissionais dedicados ao projeto ético-

político do Serviço Social.

Dessa forma, ao criar políticas para a população LGBTI+, o Estado demonstra tanto progressos na inclusão de questões historicamente marginalizadas quanto as limitações estruturais de sua atuação, principalmente em face do crescimento do conservadorismo e do enfraquecimento das políticas sociais. Assim como já ocorreu com outras políticas sociais como a de mulheres, pessoas com deficiência, pessoas pretas e outros.

2.2. O programa rio sem lgbtifobia como política pública

O Programa Rio Sem LGBTIfobia, estabelecido no estado do Rio de Janeiro, representa uma resposta institucional às manifestações da "questão social" que afetam especificamente a população LGBTI+. Como abordado nos itens anteriores, a política social brasileira frequentemente se concentra na pobreza monetária. No entanto, o Rio Sem LGBTIfobia amplia essa perspectiva ao considerar que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores que contribuem para a vulnerabilidade social. O programa atua na interseção entre assistência social e direitos humanos por meio de seus Centros de Cidadania (CCs), oferecendo atendimento interdisciplinar com o objetivo de quebrar o ciclo da não cidadania que impede essa população de acessar o mercado de trabalho formal, a saúde e a educação.

Como uma política social, o Programa se relaciona diretamente com os princípios discutidos anteriormente. Ele está inserido em um cenário de diminuição das políticas universais, adotando um enfoque direcionado a um grupo específico que enfrenta formas particulares de violência, exclusão e violação de direitos. Embora seja limitada, essa abordagem não deve ser vista como assistencialismo, mas como uma estratégia para combater as desigualdades estruturais.

O Programa atua por meio de iniciativas como assistência jurídica, psicológica e social, capacitação de profissionais, mobilização de redes e influência política. Essas medidas destacam a importância da intersetorialidade e da colaboração entre Estado e sociedade civil para garantir os direitos LGBTI+. O Serviço Social desempenha um papel fundamental nesse processo, auxiliando na análise crítica da realidade, na defesa de direitos e no fortalecimento da cidadania.

A presença desses centros está relacionada à função do Estado como intermediário de conflitos e “assegurador” de direitos básicos em uma sociedade desigual. O Programa Rio Sem LGBTIfobia se destaca no cenário da “assistencialismo” criticada por Mauriel, pois vai além da simples transferência de renda, concentrando-se na emancipação política e no acesso à justiça. Ao fornecer assistência jurídica para a alteração de prenome e gênero, ou apoio psicossocial para vítimas de violência, o Estado do Rio de Janeiro realiza uma intervenção que busca reintegrar indivíduos historicamente marginalizados à condição de cidadãos. No entanto, como ocorre com todas as políticas públicas no capitalismo, o programa se depara com as restrições do fundo público e com as pressões neoliberais, que frequentemente comprometem a qualidade do trabalho das equipes e a continuidade das iniciativas.

Na perspectiva do Serviço Social, a atuação nos Centros de Cidadania LGBTI+ requer que a profissional seja mais do que uma simples executora de tarefas; ela deve ser uma articuladora crítica. A atuação profissional nesses ambientes visa assegurar que a comunidade LGBTI+ não seja apenas “assistida” em suas necessidades, mas também reconhecida em sua individualidade e em seus direitos essenciais. Dessa forma, o programa atua como uma barreira de resistência à barbárie, empregando a estrutura do Estado para garantir a sobrevivência e a dignidade daqueles que o sistema de produção e a cultura patriarcal buscam tornar invisíveis.

No entanto, o Programa também se depara com desafios consideráveis, como a falta de recursos financeiros (fixos), a instabilidade institucional e a oposição de setores conservadores (o que faz o Programa estar sempre de alerta – principalmente nas eleições). Esses limites refletem as contradições do Estado capitalista e os desafios na implementação de políticas sociais que promovem a diversidade e os direitos humanos, em meio ao crescimento do conservadorismo moral e político.

A análise do Programa Rio Sem LGBTIfobia também pode ser aprofundada a partir da compreensão de que as políticas públicas não surgem isoladamente, mas são fruto de processos históricos de mobilização social. No debate a respeito dos movimentos sociais, a ação coletiva não se limita ao enfrentamento direto ao Estado, mas inclui estratégias de diálogo, negociação e incidência institucional, uma vez que “o lado expressivo dos movimentos que geram discursos radicais e unificados contra o autoritarismo (e não o Estado) sempre se somou ao lado reivindicativo e negociador” (Cardoso, 1988, p.78). Nesse sentido, o reconhecimento da LGBTIfobia como questão

de política pública está diretamente vinculado à atuação dos movimentos LGBTI+, que historicamente tensionam o Estado a reconhecer violações de direitos que antes eram invisibilizadas ou tratadas como questões privadas, reivindicando e articulando a implementação dos Centros de Cidadania em seus territórios.

Além disso, é importante destacar que a relação entre movimentos sociais e Estado é marcada por contradições. Como destacado, o processo de institucionalização das demandas sociais não significa sua plena resolução, mas sim uma reconfiguração das formas de luta, a medida em que as mudanças geradas pelo reconhecimento e enfrentamento dos problemas pelo Estado não findam as tensões e não esgotam os discursos oposicionistas. No caso do Programa Rio Sem LGBTIfobia, isso se expressa na coexistência entre avanços institucionais, como a criação dos Centros de Cidadania e a atuação desses equipamentos nos seus territórios e limitações estruturais, como a precariedade de recursos e a instabilidade da política. Dessa forma, a política pública deve ser compreendida como um espaço de disputa permanente e determinada materialmente, no qual conquistas podem ser ampliadas, mas também cooptadas e fragilizadas.

Outro ponto relevante diz respeito à pluralização dos sujeitos sociais e das demandas, elemento central na análise dos movimentos sociais contemporâneos. A população LGBTI+ não constitui um grupo homogêneo, sendo atravessada por marcadores como classe, raça, território e geração. Essa diversidade dialoga com a compreensão de que a sociedade é marcada pelo “[...] contexto institucional e, sobretudo, a mudança observada nas configurações locais (nomeadamente nos executivos municipais) quanto às mudanças na sociedade (sua pluralidade e reconfiguração sob o avanço de novas gerações) [...]” (LAVALLE; SZWAKO, 2024, p. 12), o que exige que políticas públicas como o Rio Sem LGBTIfobia adotem abordagens interseccionais, intersetoriais e interdisciplinares perante às diferentes formas de desigualdade. Assim, o Programa, ao articular atendimento jurídico, social e psicológico, aponta para a necessidade de respostas complexas a problemas igualmente complexos, ainda que enfrente limites para contemplar toda essa diversidade em sua prática cotidiana.

Contudo, à luz do debate sobre participação social, é possível compreender que iniciativas como o Rio Sem LGBTIfobia também contribuem para a construção de novos canais de interlocução entre sociedade civil e Estado. Esses espaços não apenas ampliam o acesso a direitos, mas também fortalecem a dimensão política da cidadania, ao

possibilitar que sujeitos historicamente marginalizados se reconheçam como portadores de direitos e agentes de transformação social, considerando que estes espaços foram frutos do diálogo entre os grupos organizados e alguns órgãos públicos. No entanto, a efetividade desses espaços depende da continuidade do engajamento social e da capacidade de resistência frente aos contextos de retrocesso, evidenciando que a consolidação de políticas públicas inclusivas é um processo contínuo e não linear.

Em suma, o Programa Rio Sem LGBTIfobia é uma vitória democrática que desafia o papel tradicional do Estado brasileiro. Ao combinar o atendimento direto com a promoção da cidadania, o programa prova que a política social pode e deve ser uma ferramenta para combater as opressões estruturais. No entanto, para ser plenamente eficaz, é necessário superar a lógica de focalização e fortalecer o caráter público e universal das políticas de direitos humanos, assegurando que o direito à diversidade seja uma base inegociável da seguridade social, e não um simples privilégio individual.

3. Considerações finais

A análise realizada neste trabalho explicita que a política social no Brasil, apesar de ser caracterizada por uma trajetória de fragmentação e seletividade, representa um espaço estratégico para a luta por dignidade e reconhecimento. Ao recuperar os princípios teóricos de autoras como Boschetti e Mauriel, torna-se claro que a "questão social" não se apresenta apenas pela falta de renda, mas por diversas formas de opressão que o Estado é chamado a intermediar. Nesse cenário, o Programa Rio Sem LGBTIfobia se apresenta como uma resposta inovadora e necessária, trazendo a população LGBTI+ do âmbito da invisibilidade institucional para o campo dos direitos sociais e da cidadania ativa.

Entretanto, a consolidação do Programa Rio Sem LGBTIfobia como uma política pública se depara com o desafio contínuo de vencer a lógica do "assistencialismo" e da focalização neoliberal. Conforme discutido, o papel do Estado no capitalismo atual tende a limitar as políticas sociais a serviços básicos para os mais pobres, o que pode afetar a universalidade e a qualidade do atendimento nos Centros de Cidadani (CC)a. Para que o programa exerça sua função emancipadora, é essencial que seja respaldado por um fundo público sólido e por uma administração que entenda a diversidade sexual não como uma condição patológica a ser tratada, mas como um direito humano a ser assegurado de maneira intransigente. Apesar do programa ser efetivado por meio de lei, o mesmo não

possui um fundo público e atua na perspectiva de projeto.

Em relação à cidadania LGBTI+, considerando a discriminação, o estigma e o preconceito que essa população enfrenta, muitos experimentam uma forma de “subcidadania”. Isso ocorre quando não há garantia de acesso aos serviços públicos e/ou privados, levando a população a recorrer aos serviços dos CCs não como uma política, mas como uma opção. Assim, ao acessarem os centros que buscam a inclusão dessa população nas políticas públicas, essas pessoas são incentivadas a se reconhecerem como sujeitos de direitos, uma vez que o programa é uma política pública do estado.

A atuação profissional da Assistente Social e das equipes interdisciplinares dentro desse programa se mostra como uma intervenção ética essencial. Trabalhar no Rio Sem LGBTIfobia requer uma atitude que transcenda o aspecto burocrático, atingindo a esfera política da profissão. Trata-se de fortalecer as estruturas do Estado para assegurar que o suporte psicossocial e jurídico se torne um instrumento na luta contra o preconceito estrutural. A experiência carioca mostra que, mesmo com as restrições do sistema capitalista, é viável criar espaços de resistência pública que favoreçam a vida e a liberdade de todas as identidades.

Considerando a trajetória histórica do Serviço Social diante da defesa dos direitos humanos, balizada por seu projeto ético-político, enfatiza-se ser o CCs, espaço de mediação e intervenção profissional fundamental e estratégica, pois é através deste espaço que essas profissionais podem fortalecer as alternativas de viabilização de direitos, priorizando a autonomia e emancipação desta população.

Este estudo, em última análise, confirma que a luta pelos direitos LGBTI+ e a luta pela seguridade social universal são dois lados da mesma moeda: a busca por uma sociedade que não seja baseada na exploração ou exclusão do “diferente”. O Programa Rio Sem LGBTIfobia não deve ser considerado um objetivo final, mas um passo importante na criação de uma política social inclusiva que ajude a superar os obstáculos à plena emancipação humana. Por fim, reafirma-se a centralidade do Serviço Social na construção, defesa e qualificação dessas políticas, em consonância com o projeto ético-político profissional, que orienta a atuação crítica, a defesa intransigente dos direitos humanos e o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação. Cabe ressaltar que, apesar da diversidade sexual ser um campo de trabalho profissional do Serviço Social, no contexto dos CCs, seria um equívoco pensarmos que só a intervenção dessas profissionais faria toda a mudança social necessária na vida de uma pessoa

LGBTI+, por isso a necessidade de uma atuação interdisciplinar dentro desses equipamentos e destes de forma intersetorial na rede e no território de suas existências institucionais.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. SP, Cortez, 2016.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. **Movimentos Sociais, Participação e Institucionalização: a antropologia política de Ruth Cardoso**. Novos Estudos CEBRAP, v. 43, n. 1, 2024.

MAURIEL, Ana Paula O. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 173-180 jul/dez 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social – ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. SP: Cortez, 2017.